



Câmara Municipal de Ewbank da Câmara
Estado de Minas Gerais



Publicado por afixação

Em 01/02/23
[Handwritten signature]

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 004/2023

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços para reforma do telhado com ampliação da estrutura metálica e reconstrução do telhado do "Anexo I – Vereador João Lourenço de Oliveira", incluindo remoção e manutenção dos dutos de ar condicionado da Câmara Municipal de Ewbank da Câmara.

Contratante

Razão Social: Câmara Municipal de Ewbank da Câmara

Logradouro: Av.: Santo Antônio, nº441 - Bairro: Centro

Cidade: Ewbank da Câmara - MG CEP: 36.108-000 TEL.: (32) 3255.1173

CNPJ: 19.775.683/0001-87

Contratada

Razão Social: IP Construtora Ltda

Logradouro: Rua Custódio Ferreira, s/n - Bairro: Centro - Setor Sítio

Cidade: Ewbank da Câmara - MG CEP: 36.108-000 TEL.: (32) 99903-8915

CNPJ: 43.981.008/0001-99

Pelo presente instrumento, devidamente autorizado no processo administrativo referente à Processo Licitatório Nº003/2023, instaurado sob a modalidade de Dispensa de licitação Nº003/2023, regido pela Lei Federal Nº 8666/1993 (Art. 24 – Inciso I), o **CONTRATANTE** autoriza a **CONTRATADA** a prestar e/ou fornecer os produtos e ou serviços abaixo relacionados, de acordo com as condições estabelecidas em sua proposta, documentos estes que integram este contrato como se nele estivessem fielmente transcritos.

O presente Contrato rege-se ainda, pelas disposições **Lei Federal nº. 8.666/93, Art. 24, Inciso II** com suas alterações posteriores e é celebrado com base nos seguintes documentos, os quais independem de transcrições, e passam a fazer parte integrante deste Instrumento Contratual, em tudo o que não o contrariar:

Cláusula 1ª - Objeto

1.1. Contratação de empresa para prestação de serviços para reforma do telhado com ampliação da estrutura metálica e reconstrução do telhado do "Anexo I – Vereador João Lourenço de Oliveira", incluindo remoção e manutenção dos dutos de ar condicionado da Câmara Municipal de Ewbank da Câmara.

Cláusula 2ª - Valor

Dá-se ao presente instrumento o valor global de R\$ R\$9.380,00 (nove mil trezentos e oitenta reais).

2.1 – Ocorrendo qualquer uma das hipóteses previstas no art. 65, inciso II, "d" da lei federal nº8666/1993, o preço poderá ser revisto desde que a situação seja devidamente comprovada pelo **CONTRATADO**.

Clausula 3ª - Forma de Pagamento



O pagamento será efetuado, de acordo com a execução do objeto do presente Contrato, ou seja imediatamente após o término do serviço.

Clausula 4º- Dotação Orçamentária

A despesa com o objeto desta licitação será suportada pela seguinte dotação orçamentária número:

=> 4.4.90.51.00.1.01.00.01.031.0016.1.0041 – Construção/reforma da sede da Câmara Municipal.

Clausula 5º- Prazo

O prazo para execução do presente instrumento terá início na data de sua assinatura, encerrando-se em **03/05/2023** ou quando concluído todo o objeto licitado, a critério da Câmara Municipal, prorrogável na forma da Lei 8.666/93.

Cláusula 6º- Responsabilidades do contratado

A CONTRATADA assume por força do presente instrumento a responsabilidade de indenizar o **CONTRATANTE** dos danos ou prejuízos, inclusive causados a terceiros, em razão de defeitos, erros, falhas e outras irregularidades provenientes de negligência, desídia, má fé ou imperfeição do material, peça ou mão de obra empregada, que tornarem objeto contratado impróprio a finalidades a que se destinam; tudo isso sem prejuízo da responsabilidade criminal cabível.

Além das responsabilidades previstas nesta cláusula, obriga-se, ainda, o **CONTRATADO** a:

6.1 – Cumprir as normas gerais e regulamentares de medicina e segurança do trabalho nas suas instalações, inclusive o uso por seus empregados dos equipamentos de proteção individual.

6.2 – Não transferir a terceiros, ou subcontratar, o objeto do presente contrato, no todo ou em parte, sem prévia e expressa autorização do **CONTRATANTE**.

6.3 – Comunicar ao **CONTRATANTE** qualquer alteração que ocorra na sua constituição.

6.4 – Apresentar, sempre que solicitado, as cópias das guias de recolhimento dos encargos previdenciários, devidamente autenticadas.

6.5 – Manter, durante toda a execução do objeto, as condições de habilitação exigidas.

6.6 – O descumprimento total ou parcial deste contrato, a execução parcial ou a inexecução do objeto licitado, resguardado o direito de defesa, poderá ensejar a aplicação das seguintes sanções ao **CONTRATADO**:

6.7 – Advertência, para pequenos atrasos na execução do contrato, não podendo estes ser superior a 02 horas.

6.8 – Multa moratória de 1% (um por cento) do valor contratado, sem prejuízo da rescisão do contrato, por cada infração cometida (atraso ou entrega de produto distinto do especificado no objeto, não entrega do produto especificado no edital, execução do serviço em desacordo com o objeto, execução da obra em desacordo com o objeto).

6.9 – Multa rescisória no valor de 10% (dez por cento) do valor do contrato.

6.10 – Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, por prazo não superior a 2 (dois) anos, sem prejuízo da rescisão do contrato, por suspensão ou paralisação de serviço público ou de atividades nas repartições públicas em decorrência de atraso ou inadimplemento do contratado.

6.11 – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, sem prejuízo da rescisão do contrato, por suspensão ou paralisação de serviço público essencial em decorrência de atraso ou inadimplemento do contratado.



PARÁGRAFO ÚNICO. Na forma do §2º do art.87 da lei federal nº8666/1993, as sanções acima podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, assegurando-se direito de defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da notificação do contratado.

6.12 – As multas, aplicadas após regular processo administrativo, serão limitadas ao valor do contrato e descontadas da garantia do respectivo pacto, permitindo a **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** suspender os pagamentos até a conclusão do processo.

6.13 – Na forma do §3º do art.86 da lei federal nº8666/1993, se as multas aplicadas forem em valor superior ao valor da garantia prestada ou não existir garantia, além da perda da garantia, responderá o contratado pela sua diferença ou integralidade, as quais serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

Clausula 7º- Responsabilidade do contratante

7.1 – Fornecer à **CONTRATADA** todos os elementos que se fizerem necessários à compreensão das condições contratuais.

7.2. Designar servidor para atuar como fiscal do contrato, ao qual competirá receber, conferir e avaliar o objeto do contrato, bem como dirimir as eventuais dúvidas que poderão surgir durante a execução do contrato.

7.3. Pagar os valores contratados pelos serviços efetivamente prestados no prazo e nas condições contratuais.

7.4. Salvo com a expressa autorização do **CONTRATANTE**, não pode a **CONTRATADA** delegar para terceiros as suas atribuições previstas neste instrumento de contrato de prestação de serviços, sob pena de ocorrer sua rescisão imediata.

7.5. Acompanhar e fiscalizar os serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte da contratada.

7.6. Fiscalizar a execução do Contrato, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da **CONTRATADA** pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;

7.7. Sustar, no todo ou em parte, a execução dos serviços, sempre que a medida for considerada necessária.

Clausula 8º- Fiscalização

8.1 – O objeto licitado será fiscalizado por profissional / empresa expressamente designado pela Câmara Municipal, que, entre outras atribuições, atestará a realização do objeto em conformidade com o previsto neste instrumento. **A FISCALIZAÇÃO** fica impedida de atestar a realização do objeto fora das especificações técnicas estabelecidas, sem prejuízo das exigências estabelecidas pelos órgãos oficiais que fiscalizam o segmento.

8.2 – O objeto realizado em desacordo com as especificações previstas no item anterior, não impede a ação fiscal posterior e a retenção de pagamentos.

8.3 – **A FISCALIZAÇÃO** fica impedida de encaminhar para pagamento documentos de cobrança (duplicata, nota fiscal ou similar) que não atendam rigorosamente às condições previstas neste instrumento e na legislação, sendo certo que qualquer tolerância ou mesmo a inobservância do procedimento ora estabelecido não representará novação ou alteração do que ficou pactuado.



8.4 – Qualquer entendimento entre a **FISCALIZAÇÃO** e o **CONTRATADO** será sempre por escrito, não sendo levada em consideração, para nenhum efeito, qualquer alegação fundada em ordens ou declarações verbais.

8.5 – A **FISCALIZAÇÃO** é exercida no interesse da **CÂMARA** e não exclui ou reduz a responsabilidade exclusiva do **CONTRATADO**, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, as quais, se verificadas, não implicarão em corresponsabilidade da **CÂMARA** ou de seus prepostos.

8.6 – A atuação ou ausência total ou parcial da fiscalização em nada diminui a responsabilidade da **CONTRATADA** na execução do objeto.

Clausula 9º - Das exonerações de responsabilidades

9.1 – As partes não serão responsáveis pelo inadimplemento que resultar de caso fortuito ou de força maior, assim entendidos os fenômenos naturais, tais como inundações e outros, ou circunstâncias alheias às vontades das partes, imprevisíveis, sempre na medida em que impeçam ou retardem o cumprimento das respectivas obrigações.

9.2 – A parte cuja prestação seja impedida ou retardada por quaisquer dos fatos ou atos acima mencionados, deverá comunicar e provar a ocorrência a outra parte, imediatamente e por escrito, expondo-lhe as razões pelas quais está compelida a sustar ou retardar a execução do pactuado.

9.3 – Cessado o impedimento, retoma-se à execução do objeto, prorrogando-se o prazo contratual pelo número de dias de sua paralisação, ressalvado ao **CONTRATANTE** a faculdade de rescindir o contrato, caso tal período tenha sido superior a 10% (dez por cento) do prazo pactuado.

Cláusula 10º - Da rescisão

10.1 – O presente instrumento poderá ser rescindido ocorrendo qualquer uma das hipóteses previstas no art. 78 da Lei 8666/1993.

10.2 – A rescisão se fará pelas formas e condições previstas no art. 79 da mesma Lei.

10.3 – Nos casos de rescisão, são resguardados os direitos do **CONTRATANTE** estabelecidos no art. 80 da Lei 8666/1993.

Clausula 11º - Do Foro

11.1 – Fica eleito o foro da sede da Câmara Municipal, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, como competente para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste instrumento.

12º - Das Disposições Finais

12.1 – O **CONTRATADO**, ainda que demandado, administrativa ou judicialmente, não poderá opor ao **CONTRATANTE** qualquer tributo, seja federal, estadual ou municipal, incidente sobre mão-de-obra, materiais ou peças empregados no objeto, correndo à sua conta exclusiva os pagamentos que sobre esses títulos tiverem sido feitos, ou opor, ainda, qualquer cobrança oriunda de encargos decorrentes de processos que contra si forem instaurados, ainda que por sua natureza sejam suscetíveis de transação.

12.2 – Ocorrendo qualquer das hipóteses previstas no art. 65 da Lei 8666/96, ao **CONTRATANTE** fica reservado o direito de acrescer ou reduzir, mediante autorização específica, o objeto do presente instrumento, estipulando, na ocasião, preços, prazos e todos os demais elementos indispensáveis à perfeita caracterização da alteração, o que se fará pôr termo aditivo assinado pelas partes. Em havendo interesse público e vontade das partes, o presente contrato poderá



Câmara Municipal de Ewbank da Câmara
Estado de Minas Gerais



também ser prorrogado por igual período na forma e condições previstas no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

12.3 – O não exercício pelas partes de qualquer dos direitos contratuais ou legais, representará ato de mera tolerância e não implicará, com relação a esse instrumento, novação quanto a seus termos ou renúncia ou desistência dos referidos direitos, os quais poderão ser exercidos a qualquer tempo.

E por estarem justos e acordados as partes assinam o presente instrumento, digitado e impresso em 2 (duas) vias de igual forma e teor, para um só efeito e para todos os fins de direito, na data adiante mencionada, juntamente com as testemunhas abaixo.

Ewbank da Câmara, 02 de fevereiro de 2023.

Câmara Municipal de Ewbank da Câmara
Presidente da Câmara Municipal
Contratante

IP Construtora Ltda
Representante Legal
Contratada

Testemunhas:

CPF: _____

CPF: _____